



# SEXUALIDADE

## GÊNERO E SOCIEDADE

Publicação semestral — Ano 1 — Número 2 — Dezembro 1994

### *Em perspectiva*

O mapeamento preliminar do campo da pesquisa em sexualidade e questões de gênero, realizado no primeiro número, obteve uma boa receptividade. A resposta positiva indica que o objetivo desta publicação vem sendo alcançado: consolidar um espaço de diálogo entre pesquisadores e instituições, divulgando os trabalhos atuais que desenvolvem na área.

Neste número damos seqüência a esse mapeamento, agora com o enfoque voltado às ONGs. São dez entidades, de diferentes regiões do país, que desenvolvem programas de estudos e de trabalho relacionados aos temas sexualidade e gênero. As instituições interessadas em divulgar seus projetos nessa área poderão nos enviar material para publicação nos próximos números.

O Programa de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero e Sociedade, além de dar continuidade a esta publicação, estará lançando, ao longo de 1995, os três primeiros volumes de uma coletânea sobre a história da construção social da sexualidade.

#### NESTE NÚMERO

De que gênero estamos falando --	1
Internacionais -----	2
ONGs na pesquisa -----	3
Resenha -----	5
Agenda nacional -----	8

### De que gênero estamos falando?

Maria Luiza Heilborn\*

As ciências humanas, englobando-se nessa designação as sociais, caracterizam-se por uma peculiaridade frente às demais ciências. Os termos de sua linguagem não se distanciam dos vocábulos encontrados no uso comum, ainda que, no referente ao sentido e à precisão, seu esforço acompanhe suas congêneres de outras áreas. A estratégia de recortar e definir as dimensões da realidade humana e social está presente na formulação da noção de gênero, que surge nos anos 70 embalada pela crítica feminista.

Gênero é um conceito das ciências sociais que, *grosso modo*, se refere à construção social do sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra **sexo** designa agora a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apóia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura. Tal formulação representou um avanço. Com ela abandonou-se a definição mais tradicional de papéis sexuais, valorizando-se cada vez mais a dimensão de relatividade entre o indicador anatômico e a elaboração cultural.

O conceito de gênero, tal como esboçado, tem como origem a noção de cultura. Essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam — como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos — são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações. Numa formulação mais propriamente antropológica, o domínio das idéias e dos valores detém uma realidade coletiva, autônoma e parcialmente inconsciente para os membros do grupo estudado. A cultura composta de conjuntos ideacionais específicos apresenta-se como um todo integrado; cada domínio pode ser objeto de concepções peculiares. Eles mantêm entre si, contudo, uma tessitura que não é de simples justaposição; ao contrário, integram um sistema interdependente que provê a coerência de uma determinada visão de mundo.

(continua na pág. 6)

## Internacionais

A ARHN — AIDS and Reproductive Health Network (Rede de AIDS e Saúde Reprodutiva) criou um grupo de trabalho sobre comportamento sexual, a fim de aumentar o foco de atenção dessa área de pesquisa, promovendo um espaço de discussão e revisão crítica dos paradigmas teóricos e metodológicos que dominam esse campo. A estrutura de trabalho compreende cinco áreas-chaves, descritas a seguir.

**Gênero e Poder.** A idéia condensada na expressão "gênero e poder" desdobra-se em práticas sociais identificáveis e ideologias de cada cultura, as quais estão relacionadas às práticas e às *performances* sexuais dessa mesma cultura. O desequilíbrio do poder social entre mulheres e homens gera encontros sexuais nos quais quem não ocupa o lugar de poder está vulnerável a uma série de perigos, incluindo a transmissão do HIV. Dessa forma, decisões sobre a escolha do parceiro e do tipo de prática sexual, que proteções utilizar, com que frequência e em que circunstâncias em geral estão nas mãos dos homens.

Essa linha de pesquisa tem como objetivo desenvolver métodos de comparação para estudar os efeitos das relações de gênero e poder em diferentes contextos sociais e culturais.

**Teorias do Desejo.** A tradição ocidental — marcada por uma ideo-

logia judaico-cristã que identifica o indivíduo como fonte primária do bem e do mal — trata o desejo sexual como um fenômeno individual. Pensamentos mais recentes sobre o desejo tentam transformar a experiência do individual específico, ampliando-a para a interação entre os indivíduos e o meio que os cerca.

Essa perspectiva procura deslocar a visão tradicional do ator sexual envolvido em uma complexa batalha entre expressão sexual e repressão, desejo e culpa, apontando culturas em que a *performance* sexual aparece sem esse tipo de mediação.

Nesse sentido, a análise de narrativas sobre o desejo, individuais e coletivas, mostram-se fundamentais para o entendimento da construção da sexualidade nas sociedades contemporâneas.

**Redes Sociais.** A abordagem das redes sociais talvez seja o desenvolvimento teórico-metodológico mais importante em pesquisas recentes sobre sexualidade, pois possibilita uma compreensão do comportamento sócio-sexual como interativo e como fruto das relações sociais negociadas entre os atores.

O que se dá sexualmente é resultado dos atributos sociais das duas pessoas envolvidas e da interação social estruturada entre elas. Evidencia-se, assim, que as pessoas não estão disponíveis para fazer sexo indiscriminadamente. Tal abordagem é essencial para o estudo da transmissão das doenças.

**Sexo, Gênero e Identidade.** Esta abordagem procura oferecer novos entendimentos sobre saúde sexual como fenômeno cultural. Existe uma interdependência entre práticas sexuais, relações de gênero e experiência pessoal. Isso parece valer tanto para as práticas sexuais hegemônicas (habitualmente homens e mulheres envolvidos em relações afetivas, sexuais e reprodutivas), quanto para as práticas sexuais ditas minoritárias, estáveis ou transitórias. Ser *gay*, lésbica, trabalhador(a) do sexo, homem "impotente" ou mulher "frígida" são construções culturais específicas, que dependem da forma como os atores sociais lidam com a atualização dos elementos sexuais e de gênero de sua identidade ou dimensão pessoal (*personhood*).

**Cultura, Estrutura e Mudança de Comportamento.** Mudanças na conduta sexual, em geral, e na conduta de risco, em particular, são fortemente condicionadas pelo papel dos sistemas de significado (cultura) e dos sistemas de ação socialmente estruturados (modelos de interação social).

Partindo-se da análise dos sistemas de ação e de significado que estruturam as mudanças de comportamento, projetos de intervenção são desenhados visando mapear os fatores sócio-culturais que condicionam tais mudanças.

Dessa forma, estratégias de intervenção, social e culturalmente apropriadas, são testadas e avaliadas no sentido de reduzir comportamentos de risco.



**SEXUALIDADE**

GÊNERO E SOCIEDADE

ANO 1 - NÚMERO 2 - DEZEMBRO 1994

Esta é uma publicação semestral do Programa de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero e Sociedade - Centro de Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC/IMS/UERJ.

### Conselho editorial

Jane Galvão, Margareth Arilha, Maria Luiza Heilborn, Regina Maria Barbosa, Richard Parker.

### Coordenação editorial

Regina Maria Barbosa

### Redação e edição

Silvana Afram

### Jornalista responsável

Silvana Afram - MTb 14.950

**Execução:** Luars Produções

**Impressão:** CHP

**Tiragem:** 1.000 exemplares

**Apoio:** Fundação Ford

Autorizamos a reprodução, desde que citada a fonte.

# ONGs na pesquisa sobre sexualidade e gênero

*No amplo processo de fortalecimento da sociedade civil brasileira, as ONGs assumiram a articulação de questões fundamentais à definição de estratégias para a saúde pública.*

*Muitas das entidades que hoje trabalham com temas relacionados à sexualidade e à prevenção do HIV/AIDS adotam a perspectiva de gênero em seus programas de trabalho e de estudos. Estão relacionadas, a seguir, algumas dessas ONGs.*

**ABIA — Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.** Desenvolve, desde 1986, um programa de informação e educação para a prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS. Estão sendo realizadas atualmente as seguintes pesquisas: *Sexo entre homens: uma pesquisa sobre a consciência da AIDS e o comportamento sexual no Brasil*, em parceria com o Instituto de Medicina Social/UERJ; *Avaliação do impacto das oficinas para homens que fazem sexo com homens*, projeto implementado pela própria entidade, do qual participam pesquisadores ligados à Universidade.

Todos os projetos desta ONG contam com pelo menos um componente de pesquisa, a fim de fornecer dados de base, ou subsidiar avaliações. Entre estes destacam-se os trabalhos de intervenção na prevenção do HIV/AIDS: *Projeto Viva a Vida*, realizado em escolas em parceria com outras ONGs, prefeituras e secretarias de Educação; e *A solidariedade é uma grande empresa*, desenvolvido em conjunto com empresas para seus funcionários e familiares. ABIA — Fax: (021) 224-3414

**ECOS — Estudos e Comunicação em Sexualidade.** Criada em 1989, propõe-se a contribuir para a promoção e transformação de valores e comportamentos relacionados à sexualidade e aos direitos reprodutivos, numa perspectiva de combate à moral de exclusão e às discriminações de gê-

nero. Seus projetos compreendem estudos e diagnósticos, produção de material educativo e desenvolvimento de recursos humanos.

Nos últimos anos, esta ONG vem desenvolvendo trabalhos com sexualidade na adolescência, valores familiares em transição, conexão da sexualidade com decisões reprodutivas — tais como esterilização e aborto — uso de tecnologias associadas à infertilidade, entre outros. Os estudos são de natureza qualitativa e utilizam-se de metodologias variadas, de acordo com os objetivos e necessidades específicas de cada projeto.

ECOS — Telefax: (011) 573-8340

**CEDUS — Centro de Educação Sexual.** Trabalha com capacitação em sexualidade para professores e profissionais de saúde. Esta ONG está iniciando uma pesquisa sobre gênero e sexualidade com homens adolescentes e jovens, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre a formação da identidade masculina e sua relação com atitudes associadas à sexualidade, direitos, paternidade, entre outros.

CEDUS — Tel: (021) 242-4371

**GAPA/CE — Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS/Ceará.** Criada em 1989, foi a primeira ONG a articular trabalhos sobre a problemática da AIDS no estado. Entre as diferentes atividades constam treinamento de multiplicadores, produção de materiais informati-

vos e fóruns de debates. O projeto de pesquisa em andamento, intitulado *Conhecimento, atitudes e crenças sobre AIDS e comportamento sexual entre homossexuais e bissexuais masculinos do município de Fortaleza*, pretende caracterizar a identidade, o comportamento sexual e características sócio-demográficas dessa parcela da população no município, identificar práticas sexuais de risco, avaliar o grau de conhecimento sobre a infecção e a percepção de risco, identificar possíveis mudanças comportamentais após a epidemia e desenvolver metodologias de intervenção adaptadas à realidade local.

GAPA/CE — Telefax: (085) 253-4159

**GAPA/RS — Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS/Rio Grande do Sul.** Fundada em 1989, esta entidade está estruturada em núcleos que desenvolvem diferentes trabalhos de prevenção da epidemia de AIDS, intervenção e pesquisa nas áreas de sexualidade e gênero. O Núcleo de Educação e Informação atua principalmente na implementação de trabalhos preventivos da epidemia. Desenvolve no momento um projeto de pesquisa-intervenção sobre sexualidade na adolescência em duas áreas de classes populares de Porto Alegre.

O Núcleo de Atendimento Social presta serviços ao indivíduo soropositivo ou doente de AIDS, através de atendimento psicossocial, assessoria jurídica e nutricional, psicoterapia para crianças portadoras do vírus, entre outros.

O Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição desenvolve no momento pesquisas sobre a construção de identidade e comportamentos sexuais entre prostitutas, travestis, garotos de programa e seus clientes; mapeamento e caracterização das especificidades dos territórios de prostituição em Porto Alegre; e estudos sobre violência, corpo e práticas corporais,



identidade, gênero e sexualidade, entre outros. As atividades de estudo e pesquisa fazem parte de um programa de cooperação com núcleos vinculados ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. •  
GAPA/RS — Fax: (051) 221-6035

**GGB — Grupo Gay da Bahia.** Desde sua fundação, em 1980, esta ONG vem coletando sistematicamente materiais impressos, iconográficos e manuscritos sobre a homossexualidade. Sua estrutura contempla vários subgrupos, entre eles o Centro de Estudos da Homossexualidade, o Centro Baiano Anti-AIDS e a Associação de Pais Gays e Mães Lésbicas do Brasil. Desde 1993, o Grupo Lésbico da Bahia associou-se à entidade.

O acervo do GGB está à disposição de pesquisadores interessados em desenvolver estudos sobre homossexualidade masculina e feminina. Atualmente estão sendo realizadas pesquisas sobre práticas sexuais dos travestis-prostitutos da Bahia; perfil sócio-demográfico dos frequentadores da sede do GGB; os sodomitas no mundo luso-afro-indo-brasileiro nos tempos da Inquisição.

GGB — Fax: (071) 242-3783

**GTC-AESS — Grupo Transas do Corpo — Ações Educativas em Saúde e Sexualidade.** Com sua atuação voltada para as questões de gênero no contexto da saúde, direitos reprodutivos e sexualidade, esta ONG, fundada em 1987, tem desenvolvido projetos de trabalho e de pesquisa em saúde da mulher e educação sexual.

Atualmente o Grupo Transas do Corpo coordena uma proposta de educação sexual não-sexista para as escolas públicas de Goiânia, com o objetivo de capacitar educadores através de metodologia participativa. Em 1995, a entidade pretende realizar uma pesquisa sobre o impac-

to dessa proposta no cotidiano dos estudantes, sua relação com possíveis mudanças de comportamento frente à epidemia de AIDS e outras questões relacionadas ao comportamento e à sexualidade.

Um outro projeto, *Gênero, Direitos Reprodutivos e Sexualidade*, em seu segundo ano de desenvolvimento, é dirigido a profissionais de saúde. Mais recentemente, o GTC-AESS assumiu a coordenação, colegiada com outros grupos, de um estudo multicêntrico sobre novos procedimentos com o uso do diafragma.

GTC-AESS — Telefax: (062) 223-3817

**Núcleo de Pesquisa do ISER — Instituto de Estudos da Religião.** Este núcleo está desenvolvendo duas pesquisas a fim de aprofundar a relação entre a dimensão religiosa e a questão da sexualidade e da reprodução. A primeira, intitulada *Comportamento reprodutivo entre mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica: o caso de Nova Iguaçu*, tem como objetivo conhecer as práticas e os princípios que orientam o comportamento reprodutivo das mulheres ligadas às CEBs e oferecer elementos para a reflexão e o debate no interior da Igreja.

O outro projeto, *Família e reprodução entre evangélicos*, vem sendo realizado junto a uma parcela da população evangélica do Grande Rio, a fim de determinar seus valores, atitudes e comportamentos quanto à reprodução, questões de gênero e de educação das crianças, entre outros. Pretende-se também realizar uma análise comparativa entre mulheres católicas e evangélicas, a partir do resultado das duas pesquisas.

ISER — Tel: (021) 265-5747

**SOS CORPO — Gênero e Cidadania.** Esta ONG, fundada em 1980, surgiu como um grupo de ação e reflexão sobre saúde, sexualidade e reprodução humana,

com o objetivo de contribuir para a construção da cidadania feminina através da transformação das relações de gênero.

O SOS CORPO desenvolve diferentes atividades, tais como formação de agentes sociais, intervenção nos serviços públicos e alternativos de saúde, assessoria a grupos e ONGs ligados a movimentos sociais, centro de documentação, produção e divulgação de materiais educativos. Desenvolve também estudos e pesquisas principalmente sobre saúde, direitos reprodutivos, condição feminina e organização política das mulheres.

Atualmente o SOS CORPO faz parte, junto com outras ONGs nacionais e internacionais, do IRRRAG — International Reproductive Rights Research Action Group (Grupo Internacional de Ação e Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos), que está desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre o significado do conceito de direitos reprodutivos, em diferentes contextos culturais.

SOS CORPO — Fax: (081) 221-3947

**UCA - Unidade Clínica de Adolescentes.** Funcionando nas dependências do Hospital Pedro Ernesto, da UERJ, esta entidade deu início recentemente ao projeto PAPOS — *Prevenção à AIDS, Promoção e Orientação em Saúde e Sexualidade*, dirigido a jovens de baixa renda, incluindo aqueles que trabalham e moram nas ruas.

O projeto compreende uma pesquisa qualitativa e quantitativa sobre sexualidade e prevenção a DST/AIDS; treinamento de professores, promotores comunitários e educadores de rua; formação de multiplicadores jovens; elaboração de material educativo; distribuição de preservativos e formação de uma rede de instituições que trabalham com saúde de adolescentes.

UCA/UERJ — Tel: (021) 264-2082

## Viagem inusitada

Lucila Scavone\*

O conhecimento ilumina o caminho. Saber mais sobre a sexualidade, a saúde e a reprodução das mulheres latino-americanas nos inspira "fazer o caminho", montar o cenário. É por aí que o conjunto de artigos frutos do I PRODIR (Programa de Treinamento em Pesquisas sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e no Caribe) nos induz. Num percurso rico em temas e abordagens vamos, através dessa leitura, fazendo uma inusitada viagem, onde nos defrontamos com a realidade das relações de sexo/gênero em seis países da América Latina. Essas relações aparecem encadeadas com as relações de raça/classe e compõem, ao longo do livro, um universo de escassez e de interrogações, suscitando, paradoxalmente, uma busca mais criativa de saídas/soluções, quer para a militância política, quer para uma melhor definição de estratégias para a saúde pública.

A composição vai se montando nas análises das diferentes problemáticas pelas quais vamos viajando, seja na análise do crescimento dos casamentos inter-raciais no Brasil — principalmente entre os homens negros que encaram a exogamia racial como a possibilidade de uma melhor integração racial, reforçando os estereótipos negativos associados às mulheres negras e às desigualdades entre os sexos —, seja na análise da alta incidência de mulheres casadas infectadas pelo vírus HIV ou vivendo com AIDS, no Rio de Janeiro, onde o uso do preservativo, como forma de prevenção da infecção pelo HIV, aparece ilustrativo das relações de gênero, já que "não é a mulher que veste a camisinha, mas o homem".

Caminhamos através do fenômeno deveras atual da maternidade adolescente, no Chile e na Argentina, em famílias cujas relações de sexo/gênero são impregnadas pela dupla moral, violência e desvalorização da figura feminina. Depois, adentramos no estudo de uma família venezuelana incestuosa, cuja análise, fundamentada no interacionismo simbólico, nos dá a dimensão concreta e cruel da face tabu da violência sexual: as relações de gênero/poder no interior desta família criaram as condições para a efetivação do incesto, para sua ocultação, para a acusação das vítimas e a vitimização do agressor.

Viajamos por comunidades indígenas mexicanas, onde o trabalho das parteiras nos faz refletir sobre a importância da mulher na medicina tradicional e sua histórica relação com os cuidados da saúde. Voamos para a cidade de Buenos Aires e lá, através dos serviços de um hospital particular com famílias de camadas médias, nos deparamos com a medicina

institucional e a hegemonia do "saber médico" normatizando a prática (e o conceito) da saúde reprodutiva. Um mergulho nos consultórios médicos de Montevideu, onde as representações simbólicas presentes nos discursos médicos analisados coadunam-se com os estereótipos tradicionais da maternidade, alimentando os permanentes e (in)solúveis conflitos das mães e trabalhadoras.

Voltamos ao Brasil, onde encontramos mulheres das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em Nova Iguaçu, elas nos evidenciam uma prática contraditória com os ditames oficiais da Igreja, não tendo restrições morais à utilização de qualquer método contraceptivo. Na periferia de São Paulo, as mulheres justificam essas práticas pela afirmação de seus direitos individuais (direito ao controle da fecundidade, ao prazer, à felicidade), mostrando que os postulados do feminismo tiveram uma influência favorável em suas vidas.

Neste cenário todo, as personagens mulheres estão ora num roteiro inglório ainda marcado por relações de poder e dominação masculina, ora num roteiro inovador que aponta para a superação das desigualdades sexuais, através da lenta conquista pela cidadania. Essa alternância de roteiros aparece articulada com as desigualdades entre as classes, entre as raças, num cenário ainda mais amplo e complexo, onde a América Latina é hemisfério sul (não só no sentido geográfico, mas econômico e social do termo), com uma importante população negra, índia e mestiça.

E no final dessa leitura-viagem, além da vontade de reverter o cenário da escassez, fica um pequeno senão. Refere-se à utilização ampla e difusa do conceito de gênero, que em alguns momentos se confunde ou se mescla com o conceito funcionalista de papel, ou aparece mais como sinônimo de sexo feminino do que como categoria conceitual analítica. Este fato reflete a "instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista", como se refere S. Harding, não chegando a prejudicar o resultado do conjunto, marcado justamente pela diversidade teórica e empírica das pesquisas.

**Alternativas Escassas. Saúde e Sexualidade e Reprodução**, de A. de Oliveira Costa e Tina Amado (orgs.), São Paulo; Fundação Carlos Chagas/ED34, 1994.

\* **Lucila Scavone** é professora de Sociologia do Departamento de Sociologia/UNESP/Araraquara.

### De que gênero estamos falando?

Assim, o conceito de gênero é profundamente devedor da idéia de arbitrariedade cultural. A dimensão unitária que a espécie poderia oferecer para o fenômeno da diferença entre os sexos é frágil para explicar a intensa variedade dos comportamentos e concepções relativas aos sexos. Uma outra dimensão importante da noção de gênero comumente aceita e debitável à noção de cultura é o caráter necessariamente relacional das categorias de gênero.

Em geral, a entrada da perspectiva do gênero foi saudada como uma grande renovação nas ciências sociais. A dimensão do gênero é afirmada como dado crucial de pesquisa, impondo-se em duas instâncias: como forma de classificação ordenadora do mundo social a ser examinada e como dado constitutivo da identidade do sujeito de pesquisa. Nos primeiros momentos imaginou-se que uma revolução estava em curso nas ciências sociais, mas um balanço um pouco menos ufanista assinala que a incorporação da perspectiva de gênero foi menos transformadora do que se supõe.

Vale, no entanto, investigar de que conteúdos e implicações estamos falando quando gênero é utilizado. Certamente, essa noção está muito longe de ser uma chave mágica para os problemas da análise sócio-cultural. Variadas formulações do conceito e um intenso debate sobre a sua operacionalidade enraizam-se em tensões peculiares às ciências sociais. Estas abrigam duas grandes matrizes de interpretação dos fenômenos que debatem entre si a possibilidade de entendimento do real, o que implica profundas distinções na aplicabilidade do conceito. De um lado, temos a tradição do nominalismo/empirismo e, de outro, o racionalismo/intelectualismo.

Na primeira modalidade cognitiva, e em suas múltiplas variações, observa-se a recusa da existência de universais como parâmetros de organização do mundo. Nesse sentido, premissas que apelem para condições compartilhadas pelo conjunto das sociedades são lidas com descrença, argumentando-se que tais hipóteses carecem de sustentação em si mesmas. Rejeita-se a idéia de uma explicação exaustiva, intemporal e universal dos eventos ou fenômenos singulares. Assim, correntes interpretativas alinhadas sob esse marco caracterizam-se pela busca do entendimento no singular e pelo privilegiamento da experiência como ponto de partida e critério controlador e decisivo do conhecimento verdadeiro. Em contraposição, a vertente fundada no racionalismo

concede ênfase à universalização de princípios abstratos, capazes de darem conta de casos singulares. Sustenta a existência de alguns princípios lógicos, que, organizados numa teia suficientemente genérica, potencialmente englobam as peculiaridades dos casos singulares. Por intermédio de um raciocínio lógico-abstrato pode-se chegar à causa última dos fenômenos. O quadro proposto retém os termos paradigmáticos do embate teórico no campo das ciências sociais, mas, na prática, variadas posições podem combinar aspectos de uma ou de outra matriz.

Examinando-se a literatura que trata do gênero, o acordo entre as/os autoras/es só pode ser mesmo limitado, na medida em que reflete essa tensão constitutiva. Um primeiro grupo de desacordos refere-se ao estatuto cognitivo do conceito de gênero: é uma categoria empírica ou é antes uma categoria analítica? Que problemas advêm dessa distinção? Quais as premissas que embasam tais proposições? Se gênero discrimina entre um plano natural e o cultural, a natureza dessa relação é ponto de discussão entre as diferentes linhas teóricas. Outro tópico candente diz respeito ao papel que a distribuição, do trabalho reprodutivo na espécie admite para a elaboração das categorias de gênero. Algumas dessas perguntas se desdobram em outras: o operador da diferença retém uma relação de poder? Há uma simples complementaridade entre as categorias?

Existem argumentos em prol de que gênero constitui-se apenas em um modo particular de organizar cada universo social, mas não teria caráter de proposição mais geral na estruturação das relações entre os níveis anátomo-fisiológico e cultural.

A antropóloga britânica Marilyn Strathern<sup>(1)</sup> sustenta, por exemplo, que gênero seria apenas um meio de aglutinar em uma determinada sociedade o modo como se organizam as práticas e as idéias em torno dos sexos e dos objetos sexuais. Cada análise de uma cultura específica denominaria os fatos agrupados como gênero, sendo que tal arranjo não teria sentido como elemento estruturador/unificador da pessoa, como detém na sociedade ocidental.

Dito de outro modo, a afirmativa de que gênero é um atributo da pessoa careceria de maior fundamentação. Strathern também problematiza a universalidade da dicotomia natureza/cultura. Adotando o ponto de vista antropológico de que as culturas distintas da ocidental são também autoras de teorias sobre o social, ela questiona o universalismo a partir do caso dos nativos Hagen,

### De que gênero estamos falando?

da Melanésia. Recusando estatuto analítico para gênero, Strathern admite para o termo a condição de uma classificação sempre inscrita em contextos particulares. O gênero, assim, é uma categoria empírica, que assinala uma descontinuidade entre corpos, objetos, eventos etc. de uma ordem simbólica particular.

Um grande conjunto de críticas, que podem ser agrupadas genericamente sob a designação de pós-modernas, assinala que um dos problemas com o conceito de gênero é que ele se funda em uma distinção natureza/cultura como forma de explicação universal. Nesse sentido, ele seria um falso avanço. Uma parte considerável dessa produção ancora sua crítica na problematização da categoria de sexo, assinalando que tal idéia deveria ser submetida a um processo similar de desconstrução, tal como se imagina fazê-lo com gênero<sup>(2)</sup>. O sexo e sua radicação na natureza deveriam ser objetos de análises historicizadas, uma vez que tais termos constituem-se pressupostos de análise, sendo eles mesmos categorias de pensamento socialmente marcadas<sup>(3)</sup>. Nesse sentido, é questionado que o sexo como caracterização diferencial entre os humanos possa servir como um elemento universal para a comparação entre as culturas.

No segundo grande bloco de interpretação sobre o gênero, este é entendido como um instrumento conceitual que assinala que uma dada operação da cultura se fez presente. Indica que a organização dos atributos distribuídos entre os sexos revela uma direção e um sentido peculiar àquela cultura, exprimindo uma dada relação entre os sexos.

Um grupo de proposições sustenta que o gênero expressa vetores de classificação social que transcendem o domínio das relações entre os sexos e se imbricam em outras estruturas sociais, tais como a diferenciação etária, esquema de privilégios, ordenação cosmológica<sup>(4)</sup>. As desigualdades entre os sexos figuram e podem ser entendidas pela referência a desigualdades estruturais que organizam uma dada sociedade. A questão que permanece diz respeito ao grau de primazia que as classificações de gênero reteriam para o pensamento.

Uma posição mais radical advoga a centralidade do gênero no sistema simbólico, premissa que se apóia na postulação de uma ordem mais abstrata de realidade (que se confunde com a própria possibilidade do pensamento humano), caracterizando-se por um universalismo

sem sujeito, que no entanto depende de atualizações concretas para operacionalizar-se. Nesse caso, as categorias de gênero específicas de cada contexto social seriam representativas da atualização mencionada. O gênero é pensado como um vetor fundamental de organizar as relações sociais de modo assimétrico<sup>(5)</sup> e a classificação masculino e feminino serve para ordenar diversos domínios sociais.

Entre as alternativas interpretativas combinadas com essa posição encontra-se a da universalidade da hierarquia, constituindo-se esta como procedimento básico do pensamento, onde a estrutura binária dos modelos classificatórios organiza-se assimetricamente, de modo a um termo englobar o outro. Não se trata de uma simples atividade classificatória que dispõe quadrículas sobre o real, mas de uma ordenação do mundo hierarquizada em termos de um princípio de valor que promove densidades diferenciadas a cada plano e a cada categoria em jogo. A teoria da hierarquia e seus corolários é um modelo explicativo do porquê de uma constante estrutural de assimetria na montagem das relações entre os gêneros.

A questão da assimetria de gênero e de sua possível universalidade está conectada a um plano lógico com este momento inaugural da cultura — o tabu do incesto. Na passagem natureza/cultura, paralelo ao mecanismo sócio-instituente da troca, a distinção entre os sexos investe-se da qualidade de “marca elementar da alteridade”<sup>(6)</sup>, constituindo-se em uma espécie de matriz da atividade simbólica. Nessa condição dá-se que, pelo imperativo da neutralização da indistinção, o masculino carece alijar-se do englobamento original, que na natureza as fêmeas detêm. A ordem da cultura abriga a imperiosa criação do masculino, que se destaca do feminino, a rigor, do materno. É a inversão hierárquica da relação de englobamento original entre os sexos, que se inscreve como propriamente produtora da ordem simbólica, do gênero e da condição de sujeito. Desse modo, a assimetria de gênero é constitutiva do social.

A condição de produção do masculino procede por meio de uma inversão hierárquica que, ao seccionar a continuidade com o feminino e, nesse sentido, com a indistinção, inscreve-o como pólo marcado em um campo classificatório, atrelando-o à problemática da diferença. Essa demanda de condição de sujeito exprime-se no nexo simbólico do masculino com o elenco de propriedades de marcação/descontinuidade/diferenciação/deslocamento. Em oposição, o feminino está

**De que gênero estamos falando?**

balizado por associações com atributos como não-marcação/continuidade/indiferenciação/permanência. O jogo relacional da construção das categorias de gênero está referido a esse plano estrutural. Portanto, nesse perspectiva não se trata somente de afirmar que os gêneros possuem conteúdos contrastivos e complementares. Além de distintivos, a lógica interna ao domínio do gênero é hierárquica, fazedo com que os vetores simbólicos anteriormente relacionados qualifiquem-se pelas propriedades de englobante e englobado. As propriedades simbólicas particulares à constituição do masculino e do feminino são fenômenos da relação hierárquica entre eles.

A intenção deste texto foi oferecer um quadro rápido das implicações do conceito de gênero e das fronteiras entre suas diferentes formulações.

*\*Maria Luiza Heilborn é professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da UERJ.*

**Bibliografia**

- 1) Strathern, M. *The gender of the gift*. Berkeley. University of California Press, 1988.
- 2) Haraway, D. *Simians, cyborgs and women. The reivention of nature*. New York, Routledge, 1991.
- 3) Buttler, J. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York, Routledge, 1990.
- 4) Scott, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Revista Educação e Realidade*, nº 2, vol. 15, Porto Alegre, 1990, [5-22].
- 5) Heilborn, M. L. "Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada", *Revista Estudos Feministas*, vol. 1, nº 1, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- 6) Hérítier, F. "Masculino e Feminino", *Enciclopédia Einaudi*, vol. 20. Lisboa, 1980 [11-26].

**Agenda nacional**

- **SEMINÁRIO DE PESQUISA HOMOSSEXUALIDADES BRASILEIRAS**

— Instituto de Medicina Social — IMS/UERJ, 9 e 10 de janeiro de 1995.

- **III PROGRAMA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE E GÊNERO**

— Instituto de Medicina Social — IMS/UERJ, de 11 a 13 de janeiro de 1995.

- **IV PROGRAMA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE E GÊNERO**

— Instituto de Medicina Social — IMS/UERJ, maio de 1995.

- **4º PROGRAMA DE ESTUDOS EM SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUALIDADE**

— Núcleo de Estudos de População — NEPO/ UNICAMP, abril de 1995.

Informações pelo telefone (0192) 39-8576.

- **SEMINÁRIO "AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE GÊNERO NO BRASIL"**

— Departamento de Ciências Sociais/UERJ/IFSC— UFRJ/Revista Estudos Feministas, outubro de 1995. Informações pelo telefone: (021) 284-8322, ramal 7746.

- **CURSO "GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA"**

Profª responsável — Karen Mary Giffin  
Ministrado no programa de pós-graduação em Saúde Pública, na Fundação Nacional de Saúde Pública — Departamento de Ciência Sociais/ Fundação Oswaldo Cruz, 2º semestre de 1995.  
Informações pelo telefone (021) 290-0387, r. 2144.

**SEXUALIDADE****GÊNERO E SOCIEDADE**

**Programa de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero e Sociedade — IMS/UERJ**

Av. São Francisco Xavier, 524 — 7º andar — bl. D

Rio de Janeiro — RJ — CEP 20559-900

Tel: (021) 248-0599 — Fax: (021) 264-1142

**IMPRESSO**